

**LEI N.º 780/2016**

**“Estima a Receita e Fixa a Despesa da Administração Direta e Descentralizada do Município de Barra Bonita, para o exercício de 2017 e dá outras providências”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA,  
Estado de Santa Catarina:

**FAZ SABER** a todos os habitantes do Município,  
que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2017 compreende o Orçamento Geral do Município, Câmara de Vereadores e os Orçamentos dos Fundos Municipais legalmente constituídos, com receita estimada e despesa fixada em **R\$. 13.474.407,28** (Treze Milhões, Quatrocentos e Setenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Sete Reais e Vinte e Oito Centavos), assim distribuída por órgãos:

<b>Orgão</b>	<b>Descrição das Despesas Adm. Direta</b>	<b>Valor (\$)</b>
<b>02.00</b>	GABINETE DO PREFEITO	216.091,63
<b>03.00</b>	SEC.MUN.ADMINIST.e FAZENDA	1.229.339,20
<b>04.00</b>	SEC.MUN.SAUDE E SANEAMENTO	6.475,15
<b>05.00</b>	SEC.MUN.EDUC.CULTURA, ESP.e TUR.	4.570.956,71
<b>06.00</b>	SEC.MUN.AGRIC.TUR. e MEIO AMBIENTE.	752.325,38
<b>07.00</b>	SEC.MUN.OBRAS, VIAÇÃO e SERV.URB.	1.232.863,39
<b>08.00</b>	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	283.611,37
<b>09.00</b>	SEC.MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL	433.817,13
<b>13.00</b>	SEC.MUN.DE INDUSTRIA E COMERCIO	112.667,53
<b>15.00</b>	FDO.MUNIC. INFÂNCIA E ADOLEC. - FIA	44.537,11
<b>16.00</b>	FDO.MUNIC. DEFESA CIVIL - FUMDEC	50.000,00
<b>TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA (\$)</b>		<b>8.932.684,60</b>
<b>Orgão</b>	<b>Descrição das Despesas Adm. Indireta</b>	<b>Valor (\$)</b>
<b>01.00</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	777.017,40
<b>10.00</b>	FDO. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	255.881,10
<b>11.00</b>	FDO. MUNIC. DE DESENVOLV. RURAL	941.486,09
<b>12.00</b>	FDO. MUNIC. DE SAUDE	2.516.043,06
<b>14.00</b>	FDO.MUNIC. DE HABIT. E INT.SOCIAL	51.295,03
<b>TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (\$)</b>		<b>4.541.722,68</b>
<b>TOTAL ADMINIST. DIRETA E INDIRETA (\$)</b>		<b>13.474.407,28</b>
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS</b>		<b>2.956.694,62</b>
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A C.M.V.</b>		<b>777.017,40</b>

<b>Descrição das Receitas</b>	
<b>TOTAL RECEITA ORÇAMENT. ADM. DIRETA</b>	<b>12.666.396,62</b>
<b>TOTAL RECEITA ORÇAMENT. ADM. INDIRETA</b>	<b>808.010,66</b>
<b>TOTAL RECEITA DA ADM. DIRETA E INDIRETA</b>	<b>13.474.407,28</b>

Art. 2º - O Orçamento da Administração Descentralizada é composto pela CAMARA DE VEREADORES e pelos seguintes FUNDOS MUNICIPAIS:

☞ <b>I - Fundo Municipal de Saúde – FMS</b>	<b>R\$ 2.516.043,06</b>
☞ <b>II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS</b>	<b>R\$ 255.881,10</b>
☞ <b>III- Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMDR</b>	<b>R\$ 941.486,09</b>
☞ <b>VI-Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social–FMHIS</b>	<b>R\$ 51.295,03</b>
☞ <b>V – Câmara Municipal de Vereadores</b>	<b>R\$ 777.017,40</b>

Art. 3º - A Receita prevista será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas previstas nos Anexos I e II, da Lei N.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, observadas também, as disposições da Portaria SOF/SEPLAN n.º 03, de 21 de fevereiro de 1990.

Art. 4º - A despesa será realizada, segundo as discriminações dos anexos que integram esta Lei, apresentando sua composição por Órgãos, Funções, Programas, Sub – Programas, Projetos e Atividades, bem como por Categorias Econômicas, nas suas respectivas Unidades Orçamentárias, na forma dos anexos da Lei N.º 4.320/64, e das Portarias SOF/SEPLAN n.º 08, de 04 de fevereiro de 1985 e SOF/SEPLAN n.º 36, de 01 de agosto de 1989.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal manterá durante a execução orçamentária, no decorrer do exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 6º - Os recursos alocados no FUNDO MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL serão destinados a atender passivos contingentes no decorrer do exercício, conforme Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º, da Lei N.º 4320/64, de 17 de março de 1964, a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada para o exercício financeiro de 2017 conforme artigo 1º, em cada uma das Unidades Gestoras.

**Parágrafo 1º** - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Parágrafo 2º** - O Poder Executivo poderá movimentar através de ato próprio e específico dotações de uma categoria econômica para outra, no mesmo Projeto/Atividade, desde que não implique em aumento dos recursos alocados.

**Parágrafo 3º** - O superávit financeiro do exercício de 2016 apurados no Balanço anual, bem como os excessos de arrecadações apurados no exercício de 2017, servirá como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, que poderá ser feita através de Decreto do Prefeito Municipal no decorrer do exercício financeiro de 2017.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar em qualquer mês do exercício financeiro, Operações de Crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, observado as normas legais em vigor.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA,  
em 14 de dezembro de 2016.

---

**DARCI JOÃO FRIZON**  
**Prefeito Municipal**